

ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA ESCOLA DE APLICAÇÃO DA UFPA: vivências formativas nos Anos Iniciais

Márcia Cristina de Castro Cardoso dos Reis¹

Josiele Correa dos Santos²

Jaqueline Gomes Furtado³

Michele Borges de Souza⁴

RESUMO

Este artigo pauta-se nas vivências formativas no campo de estágio, em uma turma de 1º ano do Ensino Fundamental, da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará - EAUFPA. Objetiva-se apresentar a observação, a análise e a percepção do processo de ensino-aprendizagem presenciados na turma, bem como a descrição das atividades de regência desenvolvidas. Adotamos como metodologia a observação das atividades desenvolvidas em sala de aula, pesquisa bibliográfica, e pesquisa documental, na qual destacamos a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a LDB (BRASIL, 1996) e a BNCC (BRASIL, 2017). Para nortear este estudo, partimos das seguintes questões: *Quais práticas pedagógicas precisam fazer parte do cotidiano escolar inclusivo e democrático? E como estas práticas são percebidas dentro da EAUFPA?* Dentre os resultados, destacamos a importância de nossa imersão na realidade escolar, o aperfeiçoamento e a formação prática e profissional do discente do curso de Pedagogia da UFPA, o fortalecimento da parceria entre a Universidade e a EAUFPA, bem como desenvolvimento de propostas pedagógicas inclusivas em parceria com a professora da educação básica. Destacamos a importância da imersão planejada e sistemática do/a graduando/a em ambiente escolar por meio do estágio supervisionado, proporcionando vivências e experimentações de situações concretas do cotidiano escolar e da sala de aula, além da reflexão sobre a articulação entre teoria e prática.

Palavras Chave: Estágio Supervisionado. Educação Básica. Anos Iniciais. Práticas Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

O presente texto aborda as experiências vividas no período do Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais, em uma turma do 1º ano do Ensino Fundamental da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará, no 2º semestre do ano letivo de 2022. Apresentamos uma reflexão acerca da importância e relevância do Estágio Supervisionado para os discentes da

¹ Graduanda do curso de Pedagogia da UFPA. Email: mrcreis82@gmail.com

² Graduanda do curso de Pedagogia da UFPA. Email: josielecorrea780@gmail.com

³ Pedagoga. Mestra em Educação. Especialista em Alfabetização de Jovens e Adultos para a Juventude. Docente das Séries Iniciais da Escola de Aplicação da UFPA. Email: jackalex.jg@gmail.com

⁴ Pedagoga. Doutora em Educação. Docente da Escola de Aplicação da UFPA. Email: michelebs@ufpa.br

graduação de Pedagogia, no que se refere ao processo de formação docente, bem como o estágio enquanto contexto primordial para o processo formativo.

A vivência em sala de aula oportuniza ao/a graduando/a à relação entre teoria e prática, pois é o momento em que é oportunizado o desenvolvimento de seus conhecimentos no contexto da sala de aula, obter experiências, bem como vivenciar, na prática, os conhecimentos que foram adquiridos na sala de aula da universidade. É um importante momento para vivenciar a realidade do cotidiano escolar. Esse contexto de sala de aula, permite ao/a estudante em período de estágio: desenvolver sua segurança, autonomia, adquirir experiências que o permita lidar com as várias situações que surgem no dia a dia da sala de aula, bem como refletir sobre a importância da *práxis* pedagógica.

O estágio faz uma ligação entre o mundo acadêmico e o profissional, e possibilita ao/a graduando/a à oportunidade de desenvolver e vivenciar a profissão docente de forma prática e contextualizada. Destacamos também que o estágio é fundamental para a reflexão sobre a prática pedagógica. E quando embasado pelas teorias debatidas nas aulas da graduação, permite uma criticidade na formação docente.

Compreendemos o estágio como um campo de ricas experiências para os/as estudantes que, em sua maioria, deparam-se com um vasto ambiente de situações concretas no cotidiano da sala de aula, e isso possibilita-os significativo aprendizado, reflexão e compreensão da realidade da escola pública brasileira, além de sua complexidade e especificidades.

Entende-se o Estágio como uma oportunidade de inserção numa dada realidade, no caso, escolas de educação básica, permitindo a confrontação do saber acadêmico com o saber da escola, permitindo aos estudantes aprender como se dão as relações de trabalho. O exercício de inserção e distanciamento, quando permeado de análises do processo vivenciado, prepara o futuro professor para a possibilidade de contribuir para a formação (GISI; MARTINS; ROMANOWSKI, 2009, p. 208).

Ressaltamos que é no campo de estágio que o/a aluno/a tem essa percepção da realidade escolar, como ela é e se apresenta, inserida numa sociedade capitalista e excludente, que escancara realidades educacionais tão díspares e complexas. É também o *lócus* de desenvolvimento e reflexão de sua *práxis* pedagógica futura.

Diante do exposto, situamos e analisamos empiricamente este artigo acerca das atividades desenvolvidas em sala de aula, na EAUFPA, além de lançarmos mão de pesquisas bibliográfica e documental, já que utilizamos obras de diversos teóricos, além de documentos legais para embasar esta construção.

Apresentaremos um relato das experiências vividas durante o Estágio Supervisionado, entre os meses de agosto a dezembro de 2022, como uma das exigências da disciplina Estágio

no Ensino Fundamental – II, do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, do Instituto Ciências da Educação, da Faculdade de Educação da UFPA, ministrada pela Profa. Dra. Michele Souza. Isto posto, este texto tem como objetivo a observação, análise e percepção do processo de ensino-aprendizagem que presenciamos em uma turma de 1º ano do Ensino Fundamental, bem como a descrição das atividades de regência desenvolvidas na referida classe. Para tal, dialogaremos sobre a EAUFPA enquanto um rico espaço de aprendizagem, no qual as atividades pedagógicas se desenvolvem a partir de uma educação transformadora. Discutiremos, também, sobre as práticas pedagógicas inclusivas e democráticas, as ações desenvolvidas em classe, o plano de aula que foi colocado em prática por meio da regência, e por fim faremos as considerações finais e apresentaremos as referências do presente estudo.

Para nortear este estudo, partimos das seguintes questões: *Quais práticas pedagógicas precisam fazer parte do cotidiano escolar inclusivo e democrático? E como estas práticas são percebidas dentro da EAUFPA?*

A ESCOLA DE APLICAÇÃO DA UFPA: espaço permeado por uma educação transformadora

Para iniciarmos, consideramos pertinente analisarmos a questão da educação como território de mudança para todos os que dela se apropriem, apontando a necessidade de sua oferta ser gratuita e de qualidade. E, pensar numa educação de qualidade para todos/as os/as brasileiros/as requer uma análise do contexto histórico da educação nacional, que apesar de sua garantida na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, muito ainda precisa ser debatido e colocado em prática para que a educação seja assegurada a todos/as, e que seja de qualidade, respeitadas as especificidades de cada contexto sociocultural (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, Lei nº 9.394/96, enquanto lei maior da educação brasileira, busca garantir a oferta de uma educação de qualidade, enquanto um direito de todos/as (BRASIL, 1996). Culminou da pressão da sociedade para que a educação fosse caracterizada como um direito social. Nesse sentido, a partir desse engajamento social pelo direito educacional, houveram alterações nos princípios que constavam na Constituição e na própria LDB/96, acarretando em significativos avanços na questão legal, a partir do momento que coloca a educação como um direito assegurado aos/às brasileiros/as.

Contudo, muito do que está garantido na lei ainda não saiu do papel, e ainda hoje percebemos que muitos sujeitos não têm este direito garantido em sua totalidade. E fica claro, quando analisamos a realidade da escola brasileira, sua situação de precariedade e carências dos

mais diversos recursos, sejam financeiros, materiais e/ou humanos. Logo, o que vislumbramos é a falta de investimentos e o desmonte das políticas públicas educacionais.

Em contraposição a esse contexto social, destacamos que em nossa sociedade paraense e amazônica, a Escola de Aplicação da UFPA se encontra numa posição de privilégio, pois apesar desse cenário social obscuro – sobretudo em relação ao (des)governo anterior –, de cortes nos investimentos na educação, a referida escola tem suprido as necessidades mais latentes de seu público atendido, visto que o seu cenário é totalmente diferente das demais escolas públicas do estado do Pará, sobretudo do bairro onde está localizada, no que se refere à infraestrutura e organização pedagógica.

Ressaltamos que a Escola de Aplicação é uma instituição de ensino que desenvolve suas atividades voltadas para os públicos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos – EJA/ Médio. Também se destaca como uma entidade responsável pelo desenvolvimento do tripé ensino-pesquisa-extensão. Logo, podemos dizer que durante nossa trajetória no estágio percebemos o grande diferencial da EAUFPA, que está no desenvolvimento de uma educação crítica, inclusiva, dialética e de qualidade, e que atende a diversidade dos sujeitos sociais.

Segundo o Projeto Político Pedagógico da EAUFPA (2014, p. 13), “a Escola privilegia em sua prática as diversas concepções de educação e, sobretudo, as concepções críticas, nas quais a ação pedagógica é dinamizada constantemente pelas relações que se estabelecem nas salas bases, nas salas-ambientes e nos outros espaços de convivência”. E isso se estende para além da sala de aula, chegando aos diversos espaços da escola e nas diversas atividades que os/as alunos/as e toda a comunidade escolar acessam, visto que as ações estabelecidas são percebidas através da maneira dos sujeitos se posicionarem em relação à realidade apresentada. Ações estas que são permeadas de críticas e reflexões que levam a uma transformação na maneira de pensar e conceber o todo social.

Em sua matriz curricular, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola aponta a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dentre outros documentos legais, a base das ações educacionais que são desenvolvidas na escola.

Destacamos que a EAUFPA desenvolve uma educação diferenciada, e isso a distingue no cenário paraense como uma escola de referência, que prima por uma educação justa, democrática, inclusiva e igualitária para todos.

Isto posto, percebemos que esta proposta de uma educação crítica, questionadora e reflexiva, garantida em sua legislação ficou explicitada na sala de aula que realizamos o estágio,

pois o diálogo e a reflexão caminhavam conjuntamente com as atividades desenvolvidas em classe, dando às crianças a oportunidade de questionar, ouvir e se posicionar frente ao assunto abordado. Assim, esta prática pedagógica proporciona aos/as educandos/as a oportunidade e o direito à fala, a ter voz e ser ouvido pelo/a professor/a e ter seus saberes respeitados, ou seja, é o desenvolvimento de uma educação baseada numa *práxis* libertadora. Para Freire (2021), a educação libertadora precisa envolver o diálogo, a criticidade e a reflexão sobre a realidade social apresentada e vivida pelos indivíduos, onde o/a professor/a e alunos/as sejam agentes criativos, críticos empenhados na luta pela transformação social.

Portanto, é dentro desta perspectiva de uma educação transformadora, dialética e voltada para a diversidade dos sujeitos que a EAUFPA pauta e corrobora ações que são desenvolvidas em seu espaço escolar, o que leva a uma diversidade de múltiplos saberes e concepções e dentro de princípios democráticos.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS E DEMOCRÁTICAS: o relato das vivências na turma de 1º ano do Ensino Fundamental

Falar de práticas pedagógicas, sejam elas inclusivas, democráticas, transformadoras, dentre outras, desenvolvidas na sala de aula é ter clareza que estas fazem parte do cotidiano das escolas públicas brasileiras e a EAUFPA não estaria apartada dessa realidade. Mas afinal, nos indagamos: Quais práticas pedagógicas precisam fazer parte do cotidiano escolar inclusivo e democrático? Como estas práticas são percebidas dentro da EAUFPA?

Para respondermos estes questionamentos devemos entender que as práticas pedagógicas podem ser tradicionais ou transformadoras. As tradicionais centram-se somente no saber do/a professor/a, na base da repetição, sem oportunidade para o/a aluno/a se posicionar e questionar. Já as práticas transformadoras apontam para uma nova perspectiva, baseada na dialogicidade, na crítica, na reflexão, no questionamento e no direito do/a educando/a se posicionar, e deve ser garantida pelo/a educador/a, pois sua prática pedagógica deve proporcionar uma nova perspectiva de conceber a realidade. É mister que o/a docente revise sua prática pedagógica constantemente. Para Freire (2020, p. 40) “Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”.

Enfatizamos que durante o processo de ensino, baseado na perspectiva inclusiva e democrática, o/a educador/a deve ter o domínio daquilo que está tratando em sala de aula, pois é necessário ter embasamento teórico sobre aquilo que é proposto, visto que o que é trabalhado em sala de aula pode causar questionamentos, reflexões e indagações nos/as educandos/as.

Também destacamos que este ensino inclusivo deve alcançar todos sujeitos sociais com suas mais diversificadas características, particularidades e especificidades.

Isto posto, a inclusão visa promover a acessibilidade de todos os indivíduos, sem distinção, discriminação, exclusão e preconceito. Para que isso aconteça é necessário que haja uma consolidada política de formação continuada para docentes e demais profissionais da educação. Somente com a capacitação profissional é que as perspectivas de transformação e inclusão, aliada a recursos financeiros e materiais levarão à efetivação dos direitos fundamentais dos sujeitos.

Não podemos esquecer que é necessária, também, uma prática pedagógica baseada na afetividade, para que o processo de ensino-aprendizagem seja harmônico e transformador, possibilitando uma relação de confiança entre educadores/as e educando/as, e com isso encorajar seus educandos/as no desenvolvimento de uma aprendizagem significativa. Para Andersen (2011, p. 12) o “ser humano é primordialmente emocional e precisa ser entusiasmado a aprender. Não é uma simples máquina a ser programada. E esse entusiasmo precisa ser resultado de uma relação afetiva e determinada.”

Nesse contexto, assim como o ato educativo está em permanente transformação, é pontual que o/a educador/a também esteja fazendo parte deste processo de mudança, visto que é um sujeito histórico e social que deve refletir e indagar todo o contexto histórico e social da sociedade brasileira e com isso, deve primar todos os dias pela mudança em sua prática pedagógica para que sua *práxis* seja inclusiva, democrática e alcance todos/as os/as educando/as em sala de aula. Corroborando com esta concepção, Arroyo (2020, p. 38), nos diz que: “As teorias e práticas educativas operam formas de conhecer, mas pressupõem formas de pensar o conhecimento e de pensar os sujeitos sociais.”

Dentro dessa lógica apontada por Arroyo (2020), faz-se necessário que o/a educador/a tenha a percepção de que precisa romper com regras estabelecidas, organizadas e agrupadas e que são vistas como ‘certas’. E para que essa desconstrução ocorra é necessário eliminar e ultrapassar essas regras impostas e construir práticas pedagógicas que visem à inclusão, a igualdade e ao ensino de qualidade para todos/as os/as educandos/as.

É necessário que o/a educador/a estimule a criança a questionar, pois enquanto sujeito social e histórico, ela tem o direito de conhecer a realidade social e questioná-la a partir de sua reflexão crítica. Isto se torna um desafio para o/a educador/a, visto que, este/a precisa estar preparado/a para lidar com este processo. É buscar no seu fazer pedagógico aclarar para os/as educando/as sobre a realidade imposta como verdadeira, mostrar as desigualdades, revelar as diferenças e apontar a diversidade existente: de gênero, etnia, religiosa, crenças, culturas,

pensamentos, costumes e tradições. Agindo assim, estará contribuindo para a formação de sujeitos críticos, participativos, ativos, tolerantes e respeitosos.

Nesse contexto, salientamos que durante o estágio percebemos que a classe do 1º ano (turma 1001) dos Anos Iniciais, do turno da manhã, composta por 14 alunos com idades entre 06 e 07 anos, desenvolviam suas atividades baseadas numa perspectiva transformadora, dialógica e reflexiva. Na classe, a professora e o monitor da Educação Inclusiva atendiam uma criança autista.

Destacamos que o cotidiano da sala de aula era baseado em aulas que continham bastantes diálogos e rodas de conversas. A sala de aula estava sempre organizada para que a professora tivesse uma melhor visão das crianças, e isso facilitava também a percepção das mesmas em relação ao uso do quadro. Os livros ficavam numa estante e em cima de uma mesa, sempre disponíveis para a leitura. A maioria das crianças acessavam essas leituras quando terminavam as atividades. Logo, eles podiam ler, brincar com massas de modelar e com os brinquedos educativos e interagir entre si. Percebemos também a importância da participação dos pais nas atividades e nos assuntos que eram abordados em sala, e isso foi frisado pela professora, que sempre mantinha o contato com os responsáveis seja nas conversas na entrada e saída dos alunos, nas reuniões e nos recados anotados nas agendas.

Também destacamos que diversas situações surgiram como: a passagem da letra bastão para a cursiva (observamos que algumas crianças tinham certa resistência para adotar a cursiva), e a estratégia da professora foi dialogar com a turma sobre a importância da escrita com letra cursiva e incentivá-los a escrever dessa forma. Sobre a dificuldade na leitura e interpretação dos textos, a professora adotou os momentos de leitura tanto no quadro quanto nos livros, e ainda dava como tarefa para casa, que era basicamente um momento de leitura no âmbito familiar, fichas de leituras. No dia seguinte, as crianças liam e dialogavam sobre a história que foi lida em casa. Também ocorria o acompanhamento específico com as crianças que apresentavam dificuldades na aprendizagem, e para esses casos, eram feitas tarefas específicas, possibilitando uma aprendizagem tranquila e sem imposição.

Nesse contexto, a relação educador/a-educando/a era baseada na dialogicidade, no ouvir a criança e respeitar suas percepções e entendimento, numa relação autônoma, democrática e ética, dando voz e vez para a criança se expressar com segurança.

O professor é o parceiro mais importante no processo de aprendizagem, pois ele pode incitar o grupo de alunos ao aprendizado, desafiá-los a serem pesquisadores permanentes, como pode também ser o responsável pela amputação intelectual, desistência e desânimo de uma turma inteira (PASSINI, 2011, p. 34).

O desenvolvimento das atividades na turma foi bem diferenciado, pois a professora conseguia passar as atividades propostas nos seus planos de aula, aliando à realidade da criança, da comunidade e da nossa região, visto que sempre tinha uma atividade que englobava a nossa realidade paraense e amazônica. Exemplos disso foram atividades que envolviam: frutas regionais; lendas; histórias; tipos de moradias; sequência didática, entre outros. E, aliado a isso, sempre estava presente o diálogo, a reflexão, a crítica e o direito à fala, onde as crianças interagiam, colocando sua percepção sobre determinado assunto. Logo, podemos perceber que a prática pedagógica desenvolvida pela professora em classe era baseada numa perspectiva freireana e baseava-se no diálogo e na autonomia entre educadora e educandos/as.

Isto posto, não podemos deixar de mencionar a questão da ludicidade muito presente em sala de aula, o que fortalecia o processo de ensino e aprendizagem das crianças, visto que, as ações desenvolvidas com a turma apontavam para um ensino mais lúdico que envolvia as práticas pedagógicas dentro e fora da sala de aula.

O lúdico contribui em parte pela transmissão de cultura de um povo, sendo usado para divertir, para socializar, para ensinar e promover a união de grupos. Do ponto de vista pedagógico, as atividades lúdicas também são usadas como instrumento para transmitir conhecimento. (TEIXEIRA, 2010, p.14).

Assim sendo, apontamos que o lúdico deve fazer parte do processo de aprendizagem das crianças, visto que é um importante instrumento de desenvolvimento e facilita a construção de conhecimento, pois direciona às práticas pedagógicas inovadoras.

A EXPERIÊNCIA DA REGÊNCIA EM SALA DE AULA ENQUANTO PRÁTICA PEDAGÓGICA FORMATIVA

Frisamos que em nossa participação em sala de aula desenvolvemos várias atividades de acompanhamento das crianças, como apoio: nas atividades escritas; nas leituras individuais; nas contações de histórias e leituras de poemas; nas atividades fora da sala de aula, dentre outras. A participação da turma foi bastante satisfatória e possibilitou um processo de aprendizagem muito significativo, visto que tivemos a oportunidade de vivenciar na prática situações que por vezes são descritas nos livros e que precisam ser desenvolvidas de uma forma real e concreta, como o acompanhamento da leitura individualizada; a orientação para o desenvolvimento das atividades dos livros e cadernos, a elaboração da escrita, e etc.

Notamos que as crianças alcançaram um avanço significativo, pois quando chegamos em sala no começo do estágio, algumas apresentavam dificuldades na escrita, na leitura e até no momento de se expressar através da fala. Ressaltamos que a professora da turma nos informou que nós íamos perceber o desenvolvimento deles ao final do estágio, visto que a classe estava desenvolvendo seu processo de conhecimento e aprendizagem, o que seria facilmente notado com o passar dos dias. E foi exatamente o que aconteceu, a turma em si conseguiu se destacar na questão da aprendizagem, pois estavam mais participativos, dialogavam, já estavam ambientados com a leitura e apresentavam mais segurança durante o processo de leitura e escrita, além de já escreverem com letra cursiva. É válido ressaltarmos que, o papel da professora foi fundamental, visto que sua prática pedagógica era baseada numa perspectiva que envolvia uma práxis construtiva, baseada numa concepção que dava autonomia e direito de se posicionar às crianças.

Com relação ao planejamento e execução do nosso plano de aula, destacamos que a professora nos orientou e compartilhou informações valiosas em relação às atividades que seriam desenvolvidas, o tempo para a execução das tarefas e sugestões para que obtivéssemos êxito na realização.

O plano de aula abordou as profissões e tinha como tema ‘O papel das profissões e suas características’, e estava alinhado ao que estava sendo trabalhado na disciplina Geografia.

Preparamos uma aula contextualizada, e lançamos mão da construção de uma maquete que foi produzida a partir da realidade de uma rua do bairro da Terra Firme, no qual a grande maioria das crianças reside, e também por ser um local em que muitos profissionais desenvolvem suas ações em diversos órgãos e instituições. Na maquete continha vários profissionais que desenvolviam suas profissões em diversos espaços, tais como: banco, escola, feira, hospital, delegacia, dentre outros.

A maquete foi uma atividade lúdica que despertou a curiosidade de toda a turma, pois proporcionou a conexão entre o espaço e/ou instituição ao profissional que ali desenvolvia suas atividades, a exemplo retratamos uma escola e bem em frente da mesma estava uma miniatura de uma boneca representando uma professora; já um boneco foi caracterizado de gari e se apresentava desenvolvendo sua atividade profissional de limpeza e coleta de lixo na rua; assim como os dois feirantes que estavam comercializando peixes e frutas na feira. Ou seja, retratamos vários profissionais e seus locais de trabalho.

A seguir, apresentamos a maquete confeccionada como instrumento lúdico e educativo para que as crianças tivessem uma percepção melhor do assunto tratado na regência.

FIGURA 1: Maquete sobre as profissões



Fonte: Autoria Própria, 2022.

Também produzimos um jogo da memória sobre profissões, que oportunizou a participação de todos/as, pois ocorreu de forma coletiva. Além uma atividade escrita e outra de desenho livre.

Gostaríamos de destacar a receptividade e participação da turma, que mereceram destaque, pois demonstraram gostar muito do que foi tratado na aula, além de compreenderem e dialogarem sobre o assunto, e por fim, até deram notas para a execução da aula. As notas foram de 10 a até 200 milhões. Logo, destacamos que o planejamento foi totalmente desenvolvido e alcançou o objetivo proposto.

Durante o estágio procuramos desenvolver um trabalho dinâmico e prazeroso, estimulando o envolvimento das crianças no processo de ensino e aprendizagem de forma que se sentissem capazes de buscar e construir algo novo e diferente. Com as mais diversas estratégias educativas, buscamos oportunizar situações desafiadoras que pudessem levá-las à melhor compreensão das atividades propostas, respeitando o ritmo de cada educando/a.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do desenvolvimento da disciplina de Estágio no Ensino Fundamental II, compreendemos que a vivência no estágio está para além da presença no ambiente escolar em determinado dia da semana. Trata-se de vivenciar no cotidiano da sala de aula a consolidação

do processo crítico-reflexivo, a partir da reflexão do/a educando/a acerca da *práxis* pedagógica que pretende construir para sua prática profissional futura.

Nesse contexto, caminhos educativos e formativos vão se consolidando, percepções e análises instigam a reflexão acerca do processo educativo, das desigualdades educacionais, das dificuldades de aprendizagem. Compreendemos que há disparidades na oferta da educação em nosso país, na qual poucos acessam uma educação de qualidade e muitos sofrem com a precarização da educação.

Destacamos a importância da imersão planejada e sistemática do/a graduando/a em ambiente escolar por meio do estágio supervisionado, proporcionando vivências e experimentações de situações concretas do cotidiano escolar e da sala de aula, além da reflexão sobre a articulação entre teoria e prática.

Assim, ao elaborarmos este texto, reafirmamos nossa luta por uma educação de qualidade e por um processo educativo, a partir de uma perspectiva inclusiva e democrática que contemple as especificidades dos/as educandos/as.

REFERÊNCIAS

ANDERSEN, Roberto. **Afetividade na educação: psicopedagogia**. 2ª Ed. São Paulo: Allprint Editora, 2011.

ARROYO, Miguel Gonzales. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2ª ed. Petrópolis–RJ: Vozes, 2020.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 25 jan. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 45ª ed. Brasília. DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 dez. 1996 a. v. 134, n. 248.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 66ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GISI, Maria Lourdes; MARTINS, Pura Lúcia Oliver; ROMANOWSKI, Joana Paulin. O estágio nos cursos de licenciatura. In: Romilda Teodora Ens; Dilmeire Sant’Anna Ramos Vosgerau; Maria Aparecida Behrens (Org.). **Trabalho do professor e saberes docentes**. Curitiba: Champagnat, 2009.

PASSINI, Elza Yasuko. **Práticas de ensino de geografia e estágio supervisionado**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

TEIXEIRA, Sirlândia Reis de Oliveira. **Jogos, brinquedos, brincadeiras e brinquedoteca: implicações no processo de aprendizagem e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Escola de Aplicação. **Projeto Pedagógico da Escola de Aplicação**. Belém: 2017.